

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Do Sr. Clodoaldo Magalhães)

Dispõe sobre a inclusão de medidas socioeducativas relacionadas ao meio ambiente para infratores que tenham cometido crimes contra animais, idosos, crianças, adolescentes e crimes ambientais, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei estabelece a inclusão de medidas socioeducativas relacionadas ao meio ambiente para infratores que tenham cometido crimes contra animais, idosos, crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e crimes ambientais, conforme previsto no Código Penal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na legislação ambiental vigente.

Art. 2º Fica estabelecido que, em casos de sentença judicial que determine medidas socioeducativas em estação específica, o infrator poderá optar entre as seguintes atividades como parte do cumprimento da medida: o plantio de árvores em áreas urbanas, a conservação de jardins públicos em áreas urbanas ou o plantio de jardins com conservação, incluindo hortas.

Parágrafo único. As atividades mencionadas no caput deste artigo serão supervisionadas por profissionais capacitados e poderão ser realizadas em áreas determinadas pelo juiz responsável pelo caso.





Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei busca ampliar as possibilidades de medidas socioeducativas relacionadas ao meio ambiente para infratores que tenham cometido crimes contra animais, idosos, crianças e adolescentes, e também contra o meio ambiente.

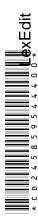
A inclusão de atividades como o plantio de árvores em áreas urbanas, a conservação de jardins públicos em áreas urbanas ou o plantio de jardins com conservação, incluindo hortas, oferece uma alternativa positiva para a ressocialização dos infratores, ao mesmo tempo em que contribui para a preservação e melhoria do meio ambiente, bem como estimula a conscientização da população para a necessidade de proteção e preservação do meio ambiente.

Nossa Constituição Federal, pilar de todo ordenamento jurídico pátrio, já estabelece em seu artigo 225 que "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá- lo para as presentes e futuras gerações".

Dessa forma, como o presente projeto de lei, o que se pretende é colocar em prática os ditames constitucionais dando efetividade ao constitucionalmente disposto e ratificando o meio ambiente como um direito fundamental de nossos cidadãos.

Ademais, a escolha entre as opções de atividades permite que o infrator tenha uma participação ativa na sua recuperação e desenvolvimento





pessoal, ao mesmo tempo em que promove a conscientização sobre a importância da conservação ambiental e do uso sustentável dos recursos naturais.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto de lei, que representa um avanço significativo na área da justiça socioambiental.

Sala das Sessões, em

de

de 2024.

Deputado Clodoaldo Magalhães PV/PE



